

# **A globalização neoliberal e os novos fenômenos do capitalismo contemporâneo**

**Edmilson Costa**

## **Resumo**

A globalização é um fenômeno que vem provocando mudanças em todos os setores da vida social – na economia, nas relações sociais, na política, no mundo da cultura e no mundo do trabalho. Hegemonizada a partir dos países centrais, a globalização é não só um dado da realidade, como também está operando mudanças quantitativas e qualitativas no modo de produção capitalista. Neste trabalho, analisa-se a natureza da globalização, a partir de um ponto de vista marxista, enfatizando-se que este é um fenômeno que se origina na própria dinâmica do sistema capitalista; investigamos a globalização produtiva e seus impactos entre as nações e os trabalhadores; avaliamos a globalização financeira, o processo de financeirização da riqueza e da especulação global; abordamos ainda a macro-organização do capital e o risco sistêmico do capital contemporâneo. Debates ainda a validade das teorias dos clássicos do marxismo para o capitalismo atual.

Palavras-chave: globalização; financeirização; macro-organização do capital; risco sistêmico

## **Abstract**

The globalization is a phenomenon that is making changes in all social life sectors – in economy, in social relations, in politics, in world culture and in world labor. Prevalent in central countries, the globalization is not only a realistic issue, as well as it is operating quantity and quality changes in capitalist way of production. In this work, it has been analyzed the globalization nature, from a Marxism view, emphasizing that this is a phenomenon that has originated from its capitalist system dynamic itself; we investigate the productive globalization and its impacts among the nations and the workers; we have evaluated the financial globalization, the financialization process of wealthness and global speculation; and we also deal with capital macro-organization systemic risk to capital. We also discuss the validity of theories classical marxism about actual capitalism.

Key words: globalization; financialization, capital macro-organization; systemic risk.

## 1 – Introdução

A globalização em curso em praticamente todas as regiões do planeta é um dado concreto da realidade e vem produzindo um conjunto de mutações em todos os setores da vida social da humanidade. Trata-se, portanto, de mudanças que estão impactando fortemente a política mundial, a economia, o mundo do trabalho e as tradições culturais em todas as partes do planeta, quer influenciadas pelos meios de comunicação, quer pelo poder econômico-financeiro das grandes corporações transnacionais.

Concordemos ou não, gostemos ou não, a globalização é um fato cotidiano que permeia a nossa realidade, desde o creme dental que usamos, a roupa que vestimos, o tênis que calçamos, o alimento enlatado que comemos, o programa de TV que assistimos, o jornal que lemos, o computador que utilizamos, o banco que recebemos o salário ou realizamos negócios, a internet que navegamos, entre outros milhares de aspectos do nosso dia a dia. Portanto, a globalização é um fenômeno típico do capitalismo contemporâneo e assim deve ser encarado.

No entanto, esta não é uma discussão consensual entre os estudiosos. Podemos identificar três correntes com a qual nos contrapomos em relação às interpretações da globalização e por motivos de espaço abordamos aqui apenas sumariamente: os *apologistas da globalização*, para os quais esta significa a redenção da humanidade e a retomada dos postulados naturais da economia, interrompidos após a Segunda Guerra Mundial (FMI, Banco Mundial, OMC); aqueles que *negam a globalização*, afirmando-se tratar-se não só de um mito, mas principalmente de uma forma que as transnacionais encontraram para ampliar o domínio dos mercados (Hirst e Thompson, 1998); e aqueles que afirmam que a globalização é um *fenômeno antigo*, que vem desde os tempos das grandes navegações, dos descobrimentos, sendo que alguns articulistas dessa corrente creditam também a globalização ao início do sistema capitalista (Petras, 1997; Amin, 2000).

Com relação à primeira corrente, analisaremos em seção à parte. Tratemus sumariamente as duas outras. Aqueles que argumentam ser a globalização um mito e apenas uma forma mistificadora que o grande capital encontrou para ampliar o espaço das transnacionais e que o grau de abertura da economia mundial, entre 1870 e 1914 era maior que atualmente, incorrem numa enorme simplificação. Apesar de suas críticas à globalização serem essencialmente corretas, cometem equívoco básico, que é negar a

própria globalização. Ora, não se pode desqualificar fenômeno simplesmente porque não se gosta dele. Nem tampouco comparar rigorosamente o mundo século XIX e início do século XX com o atual. São grandezas completamente diferentes. Este tipo de argumento corresponde à atitude da avestruz, que imagina superar as dificuldades enterrando a cabeça na areia. Na prática, essa corrente contribui para desarmar os próprios críticos da globalização, os afastar da luta concreta cotidiana, os deixar teoricamente desamparados, afinal ninguém vai teorizar ou combater um fenômeno que não existe.

Já os que argumentam que a globalização sempre existiu, incorrem em erro semelhante, com sinais trocados. Primeiro, é cômodo esnobar um fenômeno contemporâneo e dizer que este sempre existiu. Assim, podem bater no peito, felizes, e decretar que não há nenhuma novidade na globalização, que esta é um fenômeno que se processa desde o século XVI. Não compreendem que cada fase histórica corresponde a um momento específico do capitalismo. Como podem confundir num mesmo estatuto teórico o mercantilismo, o capitalismo concorrencial, o capitalismo monopolista, a globalização e suas corporações transnacionais da atualidade? Uma coisa é o desenvolvimento do comércio a partir do século XVI, outra é a produção e as finanças internacionalizadas da atualidade. Ao diluir teoricamente a globalização, perdem a oportunidade de compreendê-la e explicá-la, precisar sua especificidade, bem como elaborar uma estratégia que permita superá-la.

Ao contrário destas correntes, nosso entendimento parte do princípio de que a globalização é um fenômeno do nosso tempo, uma singularidade originária do capitalismo que é construído a partir da segunda metade do século XX. Deferencia-se da primeira e da segunda revolução industrial, porque já nasce sem a possibilidade de desenvolver todo o potencial das forças produtivas e se viabilizar plenamente, em função das limitações estruturais do capitalismo nesta etapa da história. A globalização incorporou inovações tecnológicas radicais que proporcionaram às forças produtivas um enorme desenvolvimento, mas o sistema global de produção não possui condições de se desenvolver plenamente em função em função de suas próprias contradições e, especialmente, da insuficiência mundial de demanda.

Em outras palavras, no momento em que o capitalismo tem as melhores condições potenciais para desenvolver suas forças produtivas, é exatamente neste momento em que

está limitado pela demanda global. As novas tecnologias e a reestruturação produtiva e gerencial encilharam o sistema num emaranhado de contradições que se expressam mais claramente no fato de que cada unidade de trabalho vivo poupada representa um corolário de dificuldades para a realização das mercadorias, com o agravante de que, enquanto na primeira e segunda revolução industrial buscou-se revolver o problema da demanda, respectivamente, mediante a redução da jornada de trabalho e ampliação do setor de serviços, a globalização emerge no momento em que não há mais setores a ocupar nem os capitalistas estão dispostos a reduzir a jornada de trabalho. Retoma-se assim, de maneira completa, a contradição original do sistema, que se expressa entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos seus resultados.

Com a globalização, pode-se dizer que o sistema se aproxima de um limite de reprodução material, tendo em vista que se o capitalismo desenvolvesse plenamente seu potencial produtivo, haveria uma crise global de superprodução. Esta contradição explica o fenômeno da financeirização da riqueza, que se apresenta atualmente como o contraponto funcional da incapacidade do sistema desenvolver suas forças produtivas. Ou seja, os capitais excedentes, impedidos de se reproduzirem na esfera produtiva, buscam agora uma fuga para a frente na órbita das finanças, como se isso os liberasse do ajuste de contas com a realidade da lei do valor.

“Nessa nova aventura desesperada, o capital especulativo carrega consigo todos os outros setores do capital para a lógica da especulação e, com isso, aprofunda a crise geral do capitalismo, posto que, no longo prazo, é impossível a reprodução do capital sem obedecer a lei do valor. A criação da riqueza na órbita financeira é uma aventura sem futuro, uma miragem capaz de levar momentaneamente parte dos capitalistas ao delírio, ofuscando sua visão global do futuro. No entanto, quanto mais aprofundam esse modelo, mais ampliam a possibilidade de uma crise geral do sistema” (Costa, 2000).

## ***2 - Um sistema completo e maduro***

A globalização também representa uma fase nova do capitalismo, período em que este modo de produção atingiu plenamente seu amadurecimento e se transformou num *sistema mundial completo*. Até o período anterior à globalização, o capitalismo era completo apenas em relação a duas variáveis da órbita da circulação – o comércio mundial

e a exportação de capitais. Mas, ao expandir a mundialização para as esferas produtiva e financeira, bem como para os outros setores da vida social, o sistema unificou globalmente o ciclo do capital, fechando assim um processo iniciado com a revolução inglesa de 1640 (Costa, 2002).

Ressalte-se a esse respeito que Lênin, o mais genial quadro teórico do século XX, escreveu que o imperialismo seria a ante-sala do socialismo. Todavia, parece que houve certo otimismo nesta previsão, uma vez que naquela época o capitalismo monopolizado estava apenas iniciando o seu processo de amadurecimento internacional, não estando portanto em condições plenas para as transformações dialéticas. Somente agora, com a globalização, o capitalismo fecha o ciclo do seu desenvolvimento histórico. Nessa perspectiva, pode-se dizer que agora estamos muito mais próximos de uma transformação radical desse modo de produção do que no início do século XX.

Como tudo na natureza segue a lei da dialética, podemos afirmar que o sistema capitalista teve seu desenvolvimento efetivo com a revolução industrial, passou por uma fase superior com a segunda revolução industrial e amadureceu completamente com a globalização contemporânea. Portanto, agora que já cumpriu o papel histórico de desenvolver internacionalmente as forças produtivas e a órbita da circulação, tende a sofrer transformações profundas que mudarão a sua qualidade enquanto modo de produção, a exemplo do que ocorreu com as outras formações sócio-econômicas anteriores.

Seu aparente esplendor globalizado esconde um conjunto de contradições originais que se reproduzem agora em bases ampliadas com a globalização. Portanto, para compreender o fenômeno da globalização e as possíveis transformações de um sistema agora completo deve-se também atentar para o fato de que uma transformação qualitativamente nova só poderá ser efetiva se for viabilizada a partir do coração do sistema, onde potencialmente a luta de classes tem condições de pulsar mais intensamente.

É bem verdade que os elos débeis continuarão cumprindo um papel essencial para o enfraquecimento geral do capital, enquanto forma global de dominação. Mas a sua crise profunda só poderá configurar um estatuto terminal quando atingir o núcleo do poder, o coração da *Tríade Imperial*. Em outras palavras: a crise geral do capitalismo só estará madura quando atingir os Estados Unidos, a União Européia e o Japão (Costa 2000).

### **3 - Neoliberalismo, a ideologia do capital**

Para compreender o ciclo de mudanças de fundo operadas na vida sócio-econômica contemporânea com a globalização, é necessário enfatizar a importância da nova ideologia do grande capital como instrumento especial de consolidação de sua hegemonia mundial. Nenhum sistema se sustenta se não estrutura um corpo de idéias que o justifique e o viabilize social e politicamente. Nesse sentido, o grande capital, diante de falta de uma ideologia para o mundo globalizado, preferiu retornar ao estatuto ideológico do século XVIII, buscando adaptá-lo às novas condições da economia globalizada. Por isso o prefixo *neo* (novo) acrescentado da velha ideologia, *liberal*.

O neoliberalismo é a síntese ideológica do grande capital; funciona como uma espécie de gerenciador ideológico no plano político, econômico, social e cultural dessa nova fase do capitalismo. Apesar de primitiva, a ideologia neoliberal conseguiu uma atração espantosa não apenas do senso comum, mas de todas as camadas sociais das sociedades capitalistas. Irradiada à exaustão pelos meios de comunicação nos quatro cantos da terra, esta ideologia penetrou no âmago das consciências mais simples às mais sofisticadas elites financeiras. Quebrou valores e tradições longamente estabelecidos, tais como a solidariedade, a ética nas relações sociais e econômicas, a busca de soluções coletivas para os problemas humanos, as culturas regionais.

Com retaguarda da mídia, o neoliberalismo realizou um intenso processo de manipulação, procurando distorcer o significado das coisas e até mesmo as palavras de ordem da esquerda, além de manipular a linguagem e reduzir os fenômenos sócio-econômicos à sua aparência (Petras, 1997). Buscou ainda estimular os sentimentos mais atrasados das massas, revigorando preconceitos, exacerbando o xenofobismo, de forma a impor o individualismo mais mesquinho e a lógica do mercado e da iniciativa privada como normas para a vida social. Diariamente, o jornal, o rádio e a televisão realizam uma batalha ideológica contumaz no sentido de transformar o neoliberalismo em referência para o modo de vida da humanidade, para que o grande capital tenha espaço aberto para atingir seus objetivos estratégicos.

A título de exemplo, a desregulamentação da economia, as privatizações e a ofensiva contra direitos e garantias dos trabalhadores são propagandeados como reformas estruturais. O corte nos gastos públicos, o aperto no crédito, a retirada do Estado da

economia são apresentados como ajustes estruturais e a própria palavra liberdade, tão cara às forças de esquerda, especialmente na América Latina, é manipulada para servir aos interesses do grande capital (Petras, 1997). Até mesmo invasões a países soberanos, como ocorreu na Jugoslávia e no Iraque, é justificada em nome dos direitos humanos e da democracia.

No que se refere à política propriamente dita, o neoliberalismo não tem nenhum escrúpulo. Desde que o governante cumpra os objetivos das elites financeiras dos países centrais, esse dirigente, por mais corrupto e desmoralizado que seja, é tolerado e seu governo defendido em fóruns internacionais e na mídia. Assim, o neoliberalismo pode se utilizar de um bêbado moribundo na antiga União Soviética, como Yeltsin; um dançarino de tango brega, como Menem na Argentina; um nissei histriônico e fascista, como Fujimori no Peru; um corrupto sofisticado, como Salinas de Gortari, no México; ou ainda um intelectual que deu adeus ao proletariado, como Fernando Henrique Cardoso, no Brasil.

Os neoliberais podem ser considerados hoje os fundamentalistas do Ocidente, tendo em vista que, para estes, não importa os meios e os métodos empregados para atingir seus objetivos. O que importa mesmo é garantir a hegemonia neoliberal em todos os países. O dirigente que não se enquadra na nova ordem é satanizado, desmoralizado internacionalmente e, na maioria das vezes, destituído do poder – pelas armas ou pelo poder econômico ou manipulatório dos meios de comunicação.

Essa ânsia em dismantelar o mais rapidamente tudo o que foi construído no período anterior à globalização está na raiz da intolerância e da agressividade com que os governos dos países centrais, especialmente os Estados Unidos, procuram atingir e desqualificar seus adversários. No entanto, se analisarmos pormenorizadamente, poderemos detectar uma enorme insegurança entre os defensores dessa ideologia, talvez pelo fato de que esta doutrina, sempre que é confrontada com o real, perde a substância. Por exemplo: seus apologistas sempre têm uma resposta na ponta da língua para os constantes fracassos de seus programas. Algo como: se o programa não dá certo ... é porque não se aplicou plenamente o receituário. Ou seja, essa catilinária se assemelha às seitas evangélicas radicais, que prometem o paraíso para seus fiéis e quando estes não alcançam a graça ... é porque não tiveram fé suficiente.

Vale ressaltar, entretanto, que o conjunto das mudanças de fundo operadas na sociedade só foram possíveis porque ocorreu, a partir do final da década de 70, e posteriormente com a eleição de Reagan e Thatcher, respectivamente nos Estados Unidos e na Inglaterra, uma mudança qualitativa na composição das classes dominantes dos países centrais. A velha elite ligada ao antigo Capitalismo Monopolista de Estado, cujo poder se consolida a partir dos anos 30 e, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, foi substituída no centro de poder da *Triade Imperial* por um novo bloco de forças sociais mais agressivas e mais reacionárias.

Estas forças subordinaram política e economicamente todos os outros setores da burguesia e impuseram a nova ordem mundial, baseada no neoliberalismo, como forma de organização sócio-econômica da sociedade e o rentismo como instrumento particular de acumulação, aprisionando inclusive o setor produtivo e o Estado e suas finanças à lógica da especulação financeira. Este novo bloco dominante comanda o processo de globalização e está hoje no centro do poder mundial, buscando configurar o mundo à sua imagem e aplicando uma espécie de vingança histórica de classe contra os trabalhadores.

Nesta conjuntura é que devemos analisar a globalização. Para efeito analítico dividimos esse fenômeno em dois segmentos: a globalização produtiva e a globalização financeira, mesmo compreendendo ter este um aspecto único. Trata-se uma forma de buscar penetrar mais fundo nas entranhas do fenômeno, para dele extrair mais plenamente uma análise que possibilite entendê-lo globalmente.

#### **4 – globalização da produção e comando das transnacionais**

A globalização da produção tem sua origem seminal com a internacionalização da produção, ocorrida a partir da segunda metade dos anos 50 e consolidada nos anos 70 e 80. Esse processo produziu um fenômeno novo no modo de produção capitalista: pela primeira vez na história do capitalismo a burguesia dos países centrais passou a extrair o valor, de maneira generalizada, fora de suas fronteiras nacionais (Michalet, 1984)<sup>1</sup>. Até então, os oligopólios capturavam a mais-valia dos países periféricos por meio do comércio mundial e da exportação de capitais.

---

<sup>1</sup> A extração do valor fora das fronteiras nacionais foi amplamente abordada por Michalet, em seu livro *Capitalismo Mundial* (Paz e Terra, 1984), muito embora esta análise não estivesse vinculada à discussão sobre a globalização atual.



A partir da globalização, o sistema capitalista generalizou a produção internacionalizada, mediante a criação de centenas de milhares de filiais pelo mundo a fora e transformou o planeta numa esfera única de investimento, realização e acumulação de capital. Ao produzir internacionalmente, o grande capital passou a ter a possibilidade de se utilizar das melhores disponibilidades dos países, quer em termos de mão de obra, quer em termos de matérias-primas, facilidades fiscais e creditícias, o que lhe permitiu recuperar as taxas de lucro e reconfigurar o sistema produtivo mundial.

Ressalte-se ainda que as duas revoluções industriais anteriores foram realizadas de forma assimétrica nos países centrais, ou seja, cada País marcou à sua maneira e em períodos diferentes a inserção na industrialização. No entanto, o processo atual se desenvolve de maneira simétrica nos países centrais, em função da internacionalização da produção e da remonopolização burguesa que ocorreu nos anos 90. Até mesmo os países periféricos que têm em sua base territorial filiais das corporações transnacionais estão vivenciando estas mudanças nos nichos de desenvolvimento lá instalados.

Com a globalização da produção emergem novos ramos de produção, tais como as tecnologias da informação, a microeletrônica, a robótica, a engenharia genética, a biotecnologia, os novos materiais e até mesmo certos elementos de inteligência artificial, cujas características representam uma terceira revolução industrial no modo de produção capitalista. Essa nova revolução industrial rompeu com os padrões produtivos anteriores e está se consolidando como a indústria do futuro. Enquanto a nova indústria estrutura seu desenvolvimento, os velhos ramos de produção típicos da segunda revolução industrial, como metal-mecânica, o químico, o plástico vão perdendo importância diante da globalização.

Estas transformações estão revolucionando o sistema capitalista: se levarmos em consideração apenas as áreas de engenharia genética e biotecnologia e o horizonte que se abre com o mapeamento genético e os novos fármacos de origem natural, poderemos imaginar a imensa perspectiva do desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, não terá o mesmo impacto que as revoluções industriais anteriores devido às próprias limitações estruturais do sistema, referidas anteriormente.

A globalização da produção é comandada pelas corporações transnacionais, cujas empresas somam atualmente 63 mil, com 690 mil filiais (World Investment Report –WIR-,

2002), que estruturam o sistema produtivo a partir de padrões internacionais de planejamento, tecnologia, organização da produção, sistema de recursos humanos e normas administrativas. Estas empresas funcionam como destacamentos avançados dos interesses do grande capital no interior de cada País, especialmente na periferia, onde operam com extraordinárias vantagens, tais como matérias-primas e mão-de-obra baratas, além de incentivos fiscais e subsídios dos Estados onde se instalam.

A maioria absoluta das empresas transnacionais do planeta é originária dos países centrais, para onde transferem parte expressiva da mais-valia gerada internacionalmente. Para se ter uma idéia da dimensão do processo de concentração empresarial no mundo, basta dizer que das 100 maiores empresas transnacionais da terra, apenas três delas pertencem aos países da periferia capitalista (WIR, 2002). O poder econômico das transnacionais é tão grande que muitas delas têm um volume de negócios maior que o Produto Interno Bruto de vários países. *“Somente a General Motors tem um volume de negócios anual maior que os 48 países menos avançados”* (Toussaint, 2002).

Além do gigantismo econômico, essas empresas controlam vários setores da economia mundial - dos ramos de produção ao comércio mundial. Por exemplo, no setor de microprocessadores, apenas o grupo Intel controlava 60% do mercado mundial em 1997. Na aeronáutica civil, somente dois grupos, Boeing e Airbus, detinham em 1998, 95% da produção mundial. No setor de equipamentos de comunicações, em 1997, quatro grupos possuíam mais 70% das vendas mundiais. Na área de banco de imagens, em 1994, três empresas eram responsáveis por 80% da produção mundial. Mesmo um setor maduro e de tecnologia generalizada, como de automóveis, 10 empresas controlavam, em 1994, 76% da produção mundial (Toussaint, 2002; Chesnais, 1996) (Tabela 1).

**Tabela 1**

**A concentração mundial do capital no final dos anos 80 e nos anos 90**

Peças de vidro para automóveis	Em 1998	Três empresas detêm 53% da produção mundial
Pneus	Em 1998	Seis empresas detêm 85% da produção mundial
Processamento de Dados	Em 1987	Dez empresas detêm 100% da produção mundial
Material Médico	em 1989	Cinco empresas detêm 90% da produção mundial
Café Solúvel	em 1994	Duas empresas detêm 80% da produção mundial
Cereais	Em 1994	Duas empresas detêm 75% do comércio mundial
Bananas	Em 1994	Três empresas detêm 80% do mercado mundial
Tabaco	Em 1994	Três empresas detêm 87% do comércio mundial
Banco de Imagens	Em 1994	Três empresas detêm 80% da produção mundial
Automóveis	Em 1994	Dez empresas detêm 76% da produção mundial
Telecomunicações/Equipamentos	Em 1997	Quatro grupos detêm 70% das vendas mundiais
Aeronáutica Civil	Em 1998	Dois grupos detêm mais de 95% da prod. mundial
Microprocessadores	Em 1997	Um grupo controle 60% do mercado mundial

Fonte: Toussaint, a partir de dados de Chesnais e Petrella

No que se refere ao comércio mundial, as transnacionais romperam as tradicionais teorias das vantagens comparativas, ao transformar o comércio intra-firma num elemento fundamental do comércio mundial, atualmente por volta de 40% do volume global. Como se sabe, esse tipo de comércio não obedece à formação tradicional dos preços internacionais, posto que a relação entre matriz e filial é de inteira subordinação, pelas razões naturais do comando do capital.

Essa nova revolução industrial opera, conseqüentemente, uma mudança qualitativa no perfil da classe operária, que agora passa a ser composta por trabalhadores mais especializados, inclusive integrando os cientistas dos novos ramos industriais. A nova classe, pelo seu perfil e por sua posição no interior da fábrica, poderá ser o contraponto efetivo ao processo de globalização. Não se trata mais de operários tayloristas, que apenas cumpriam o trabalho rotineiro e programado no chão da fábrica, mas de uma nova classe, com um papel muito mais importante na cadeia produtiva que os operários fordistas. Não deverá ser motivo de surpresa se dentro de alguns anos cientistas assalariados, analistas de sistema, engenheiros ou ferramenteiros eletrônicos (os construtores dos chips) liderarem o movimento operário e buscarem a transformação necessária para a construção de um novo sistema econômico (Costa, 2000).

## **5 - A globalização financeira e a hegemonia do sistema econômico**

A globalização financeira é um processo que está ligado à internacionalização da produção. As instituições financeiras, que nos países centrais já estavam ligadas aos trustes e cartéis, seguiram o caminho das corporações transnacionais produtivas em sua aventura de criação do valor fora das fronteiras nacionais. Internacionalizaram suas atividades, facilitados pelo fato de que as corporações produtivas necessitavam de instituições financeiras sólidas que possuíssem flexibilidade para atuar em escala mundial. O desenvolvimento dos negócios financeiros ganhou uma dinâmica particular com a formação do mercado de eurodólares, especialmente em função do reduzido grau de regulação na praça de Londres, onde centralizava-se esse mercado. Na nova conjuntura, os bancos multiplicaram suas sucursais pelo mundo a fora e construíram uma nova arquitetura financeira internacional, baseada na privatização da liquidez internacional (Michalet, 1984; Moffitt, 1984).

A partir de então, os negócios na órbita financeira cresceram de maneira extraordinária. No entanto, a consolidação histórica da globalização das finanças, nos moldes em que conhecemos atualmente, só foi possível em função de um conjunto de fenômenos econômicos e políticos que ocorreram a partir dos anos 70 do século XX, entre os quais podemos destacar:

- a) A crise do Welfare State e a contestação dos postulados keynesianos, cujo processo proporcionou, na primeira metade dos anos 70, uma mudança de fundo na composição do bloco de poder das classes dominantes. Com a crise do Estado do Bem Estar Social, os setores mais conservadores, ligados à órbita financeira e ao monetarismo enquanto doutrina econômica, passaram a hegemonizar o centro do poder nos países centrais e, a partir do final dos anos 70, com a eleição de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, transformaram o monetarismo e o neoliberalismo em política de Estado, que posteriormente foi seguido por praticamente todos os países capitalistas;
- b) O fim dos Acordos de Bretton Woods, quando os Estados Unidos decidiram, em 1971, suspender a conversão do dólar em relação ao ouro, visando conter a desconfiança e a desvalorização de sua moeda. Essa medida rompeu toda a

arquitetura financeira estruturada em Bretton Woods e, a partir de então, os países passaram a adotar taxas de câmbio flutuantes, instrumento que posteriormente possibilitou a livre mobilidade de capitais (Roberts, 2000; Sanchez, 2000; Eichengreen, 2000);

- c) A política de aumento das taxas de juro por parte do FED no final da década de 70, aliada à política monetarista dos governos Reagan e Thatcher, que redirecionou a economia no sentido da busca da estabilidade monetária, em detrimento do crescimento e do emprego, que eram as políticas típicas do período do Welfare State. A política de aumento das taxas de juros fortaleceu o dólar e o transformou novamente em moeda de reserva internacional, bem como as taxas de juro se transformaram no instrumento regulador desta nova fase da economia mundial (Villarreal, 1984; Plihon, 1998; Guttman, 1998);
- d) A política de desregulamentação da economia, a liberalização dos mercados e o fim das restrições à mobilidade de capitais, que proporcionou ao pólo financeiro uma dinâmica impressionante. Novos agentes econômicos como fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguros e corretoras em geral entraram agressivamente no mercado, conquistando parcelas expressivas do mercado tradicional dos bancos. Irradiada a partir dos Estados Unidos, a nova política monetarista-neoliberal passou a hegemonizar a política econômica dos países capitalistas (Guttman, 1998; Plihon, 1998) (Tabela2).

**Tabela 2**

**Participação no mercado das instituições financeiras dos EUA (%) –1948-1993**

<b>Mercado</b>	<b>1948</b>	<b>1860</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1993</b>
Bancos	55,9	38,2	37,9	34,8	25,4
OPCVM (Fundos Mútuos)	1,3	2,98	3,5	3,6	14,9
Fundos de Pensão	3,1	9,7	13	17,4	24,4
Corretoras de valores	1	1,1	1,2	1,1	3,3

Fonte: Guttman

O novo quadro internacional proporcionou uma mudança radical nos rumos da economia mundial. Movido pela lógica da desregulamentação financeira, da mobilidade irrestrita de capitais e das altas taxas de juro, o capital financeiro se libertou das amarras do espaço e do tempo passou a operar com enorme versatilidade, proporcionando a esta atividade a hegemonia dos negócios do sistema capitalista e instituindo o rentismo como norma geral para os agentes econômicos, processo denominado de financeirização da riqueza<sup>2</sup>.

Além disso, passou a impor ao conjunto da economia a lógica financeira, o que resultou no aprisionamento dos agentes financeiros, especialmente das empresas produtivas e do Estado (Plihon, 1998; Guttman, 1998). Ancorados pelas tecnologias da informação – satélites, universalização dos computadores, internet - o setor financeiro desenvolveu enorme criatividade no que refere à criação de novos “produtos” financeiros. Especulação nos mercados de câmbio, de taxas de juros, *swaps*, bônus e derivativos em geral, marcou a tônica especulativa dos mercados financeiros globalizados.

Nas novas condições o capital financeiro passou a ter a capacidade de auto-acrescentar-se durante o dia e a noite, bastando para tanto ajustar os seus negócios aos fusos horários das mais diversas regiões do planeta. Quanto mais o pólo financeiro se desenvolvia, mais aumentava a agressividade, a ousadia e a criatividade dos agentes especuladores. E quanto mais se ampliava o palco onde eram realizadas as operações financeiras, mais se diversificava a variedade de aplicações, e mais essa conjuntura realimentava o frenesi especulativo, configurando uma espécie de *corrente da felicidade*, em que os ganhos elevados e rápidos do capital fictício aceleravam a sua própria retroalimentação.

Os primeiros agentes econômicos a revisarem sua estratégia em relação à globalização financeira foram os bancos tradicionais. Diante da ousadia dos novos concorrentes (fundos mútuos, fundos de pensão, etc), os bancos envolveram-se crescentemente com o mercado especulativo, tendo em vista que, com a redução dos empréstimos de longo prazo para as empresas, passaram a dispor de grande liquidez para atuar no mercado. Com grandes recursos e longa experiência, os bancos passaram a realizar

---

<sup>2</sup> Este é o título de um trabalho pioneiro no Brasil, de **Braga, José Carlos de Souza**. *A financeirização da riqueza – a macro-estrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais*. Texto para discussão, Fundap, 1991.

operações inovadoras que viriam alavancar a especulação financeira, tais como a securitização do crédito, o financiamento do mercado de títulos, além de outros negócios especulativos. A nova forma de negócio ampliou o processo especulativo, pois os bancos passaram a aceitar títulos como garantia para financiamento de novos títulos, o que forneceu mais combustível para o frenesi especulativo (Guttman, 1998).

As grandes empresas também foram aprisionadas pela lógica financeira, sob pressão da conjuntura especulativa e dos acionistas ligados ao capital especulativo. Cada vez mais a área financeira dessas organizações passou a se destacar no conjunto da rentabilidade, em função dos resultados mais expressivos que na área produtiva. Esse processo forçou as empresas a se envolverem crescentemente com os negócios que não fazem parte de sua atividade fim. Pressionadas a apresentarem resultados semelhantes à órbita financeira, as empresas produtivas começaram a ser geridas por critérios financeiros, de curto prazo, invertendo completamente o horizonte temporal do planejamento empresarial. Até mesmo os pequenos acionistas passaram a preferir lucros de curto prazo. O resultado é que hoje grande parte das receitas das empresas produtivas é oriunda dos negócios na órbita financeira (Serfatti, 1998; Chesnais, 1996; Plihon, 1998).

Até mesmo o Estado caiu nas malhas da esfera financeira. Como se sabe, o Estado do Bem Estar Social funcionava estruturalmente com elevados déficits públicos, cujo financiamento era realizado com a emissão de títulos públicos, num ambiente de taxas de juros baixas. A entrada de novos agentes econômicos dispostos a emprestar diretamente recursos sem os custos de transação das operações tradicionais, possibilitou aos Estados obterem créditos mais facilmente, mas a contrapartida eram as taxas de juros elevadas. Essa conjuntura levou os governos a dispenderem uma quantidade de recursos cada vez maior para arcar com os serviços da dívida. Isso porque os compromissos oriundos do endividamento eram superiores à taxa de crescimento da economia, o que foi tornando os Estados prisioneiros do pólo financeiro, que passou a ditar o destino das políticas econômicas nacionais (Plihon, 1996).

A dominância da esfera financeira sobre o conjunto da economia impôs à sociedade um enorme sacrifício e elevou potencialmente o risco estrutural do sistema, tendo em vista que a atividade financeira passou a movimentar uma quantidade recursos muitas vezes maior do que economia real. O descolamento entre a órbita especulativa e a esfera

produtiva está tomando dimensões impressionantes: diariamente são realizadas operações que somam US\$ 1,8 trilhão (Roberts, 2000), resultado muito mais elevado que os negócios na área produtiva ou ainda no comércio mundial.

Esta contradição entre a economia real e a especulação financeira cria a possibilidade concreta de risco sistêmico na economia mundial, tendo em vista que, no longo prazo, essa é uma situação insustentável. O risco se torna ainda maior se levarmos em conta que a massa de mais valia gerada no sistema produtivo é insuficiente para remunerar os sempre crescentes negócios com capitais especulativos.

Além disso, a interconexão dos mercados financeiros e sua integração eletrônica, criam possibilidades de rupturas de liquidez com uma velocidade extraordinária, podendo espalhar a crise para o conjunto da economia, especialmente em função de sua propagação pelos meios de comunicação. Os sintomas desse fenômeno já podem ser verificados desde a crise do México, em 1994, quando aquele País, que era o modelo de implantação da política neoliberal, literalmente quebrou. Posteriormente, a crise financeira atingiu um continente inteiro, a Ásia, desestruturando essas economias. Em seguida a crise alcançou a Rússia, depois o Brasil e a Argentina, cuja desestruturação foi tão profunda que pode ser considerada um modelo antecipado da crise econômica global. Um fato característico desse processo é que a crise emergiu também no coração do sistema, nos Estados Unidos, com a derrocada das empresas *ponto com*, cujo prejuízo se elevou a mais de US\$ 10 trilhões.

## **6 - A macro-organização do capital**

A exemplo do que ocorreu no final do século XIX e início do século XX, o grande capital está passando por um intenso processo de concentração e centralização, expressos por um conjunto de fenômenos econômicos e políticos: *i)* formação e/ou consolidação dos blocos econômicos que, em termos históricos, corresponde à busca de uma nova partilha econômica do mundo por parte das nações capitalistas centrais; *ii)* um processo de fusões e aquisições nos países centrais e, por extensão, nos países periféricos, movimento que expressa, do ponto de vista da propriedade, a remonopolização da burguesia; *iii)* esses dois movimentos estruturais têm como desdobramento político a busca de uma redefinição geoeconômica do mundo, condensada na tentativa dos Estados Unidos de se transformarem



na única potência mundial, fato que vem se intensificando após a queda da União Soviética e dos países do Leste Europeu.

O resultado dessa iniciativa norte-americana é a implementação de uma política agressiva no sentido de enquadrar os países do G-7 em sua estratégia hegemônica e punir os países da periferia que esboçam alguma tentativa de resistir aos seus interesses. Para tanto, os EUA vem buscando transformar a ONU e o Conselho de Segurança em instrumento de sua política internacional e utilizar as principais organizações multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio como instituições a serviço de seus interesses hegemônicos.

Como parte deste movimento, há ainda a tentativa de recolonização sofisticada do continente americano, cuja região é vista como sua área de influência exclusiva. Não se trata, evidentemente, de ocupar esses países e transformá-los em colônias como no passado, mas de dominá-los por meios de instrumentos políticos, econômicos e multilaterais, controlados desde Washington, especialmente com a instituição da ALCA, que funcionaria como uma grande âncora a partir da qual os Estados Unidos passariam a controlar diretamente a economia do continente. Com a ALCA, os EUA cumpririam duas tarefas: dominariam os mercados do continente e tornariam mais fácil o afastamento dos concorrentes europeus e asiáticos da região.

Em síntese, a macro-organização econômica e política do grande capital corresponde a um movimento estrutural que visa absorver positivamente todas as mudanças que estão ocorrendo no interior do sistema capitalista, em função da globalização. Com essa iniciativa, o grande capital busca unificar novamente sua estratégia, agora num patamar superior, de forma a gerir a nova conjuntura num ambiente em que os capitais hegemônicos, sem abolir a concorrência, possam fazer a transição sem grandes traumas para a economia globalizada. Três grandes eixos configuram o novo quadro:

1) A formação dos blocos econômicos funcionaria como espaços supranacionais de acumulação, a partir dos quais desenvolver-se-ia o processo de concorrência globalizada. Os megablocos seriam ainda uma maneira de gerir a interdependência dos países centrais, a partir dos interesses de cada bloco; seria também uma forma de se hierarquizar as preferências comerciais, as vantagens comparativas e as reciprocidades entre as nações de

cada área econômica, como forma de buscar uma regulação macroeconômica a partir de um instrumento político, como o G-7, por exemplo (Costa, 1993).

Do ponto de vista do capital em si, a formação dos blocos significa uma reorganização geoeconômica de caráter mundial, a exemplo do que ocorreu no passado com a partilha econômica do mundo realizada pelos monopólios. Aliadas às fusões e aquisições, que desenvolveram-se de maneira acelerada a partir da segunda metade da década de 90 e ainda continuam atualmente, constituem um processo que completa o quadro de remonopolização global da burguesia<sup>3</sup>.

No entanto, esse processo ainda é uma questão em aberto, em função das contradições entre os países de um mesmo bloco e dos conflitos de interesses inter-blocos. As contradições e conflitos são fruto da própria natureza do capitalismo e de seu desenvolvimento desigual, que criam enormes desproporções não só entre as regiões de um mesmo País, mas principalmente entre os próprios países.

Como o grande capital está hoje dividido em três pólos (a chamada *Triade Imperial*: EUA, União Européia e Japão), certamente as disputas entre os blocos serão mais intensas que as tentativas de regulação, o que deverá resultar em acirramento da concorrência e da luta por mercados. Portanto, há efetivamente um processo de disputa de hegemonia, sem que nenhum País possa ainda impor plenamente seus interesses ao mundo. A disputa entre o padrão monetário europeu e dólar é reflexo dessa indefinição provisória da hegemonia mundial.

2) Outro dos grandes eixos da macro-organização do capital é o processo de fusões e aquisições na economia mundial. Esse movimento busca dotar as grandes corporações industriais e financeiras de condições estruturais capazes de enfrentar o processo de globalização numa posição mais favorável no mercado internacional. Quanto maior, mais estruturada internacionalmente e posicionada no mercado, melhores chances terá na luta competitiva internacional.

Um fenômeno novo no processo de fusões e aquisições é o fato de que o instrumento vetor deste processo é o Investimento Direto Externo (IDE), por meio do qual

<sup>3</sup> O processo de remonopolização já era indicado em ensaio que elaboramos em 1992 e que foi posteriormente publicado em 1993 (*Transformações e crise no capitalismo contemporâneo* – Revista Análise – PUC-RS, Vol.4, No. 1, 1993). “ Em nível do capital, haverá um processo de refusão das burguesias, mediante fusões e incorporações de grandes conglomerados industriais e financeiros, levando inevitavelmente a uma remonopolização mundial, novas partilhas de mercado e uma maior cosmopolitização burguesa, hierarquizadas a partir de seu pólo hegemônico”.

as grandes corporações puderam realizar um atalho no processo natural de fusões, ao contrário do que ocorreu do passado. Com o IDE, as fusões e incorporações tornaram-se mais fáceis, mais rápidas e mais vantajosas, uma vez que as empresas adquiridas ou incorporadas já possuem tradição e experiência na produção e no mercado, o que vem otimizar sinergias para os negócios transnacionais.

As fusões e aquisições representam movimento semelhante ao que representou para o capitalismo as ondas de concentração e centralização do capital do final do século XIX e início do século XX. Esse processo inverte uma trajetória histórica do IDE, que historicamente se dirigia muito mais para a área produtiva do que para movimentos de fusões ou aquisições empresariais. Se verificarmos a trajetória do IDE nos anos 90, teremos clara essa mudança de qualidade. Em 1991 o IDE era de US\$ 198,1 bilhões, enquanto as fusões e aquisições atingiam US\$ 80,7 bilhões, ou 40,3% do total; em 2000 o investimento externo direto somou US\$ 1.270,8 trilhão enquanto as fusões e aquisições alcançaram US\$ 1.143,8 trilhão, cerca de 90% do total do IDE (Sobeet, 2002, WIR, 2001) (Tabela 3).

**Tabela 3**  
**Fluxos internacionais de investimento direto externo no exterior 1991-2000**  
**e fusões e aquisições no mesmo período**

	Investimento externo direto	Fusões e aquisições
1991	198,1	80,7
1992	200,8	79,3
1993	247,4	83,1
1994	282,9	127,1
1995	331,0	186,6
1996	384,9	227
1997	477,9	304,8
1998	692,5	531,6
1999	1.075,0	766,00
2000	1270,8	1.143,80

Fonte: Até 1984, Sobeet . De 1995 a 200 - World Investment Report, 2001

3) No interior do processo de macro-organização do capital, desenvolve-se intensa disputa pela hegemonia mundial, especialmente por parte dos Estados Unidos, mas a União Européia realiza políticas - muito embora discretas -, que visam, no longo prazo, se contrapor à ofensiva norte-americana. Além disso, a China, mesmo correndo por fora, implementa à sua maneira uma política de contraposição à hegemonia dos Estados Unidos. Mesmo levando-se em conta essa realidade, deve-se enfatizar que os Estados Unidos vêm realizando uma ofensiva econômica, política e militar, visando se transformar na única potência a hegemonizar as relações internacionais.

Para tanto, implementam uma estratégia baseada em quatro pontos fundamentais: a) *estratégia militar*, na qual buscam impedir a qualquer custo a emergência de países capazes de contestar sua hegemonia bélica; b) *estratégia política*, na qual desenvolvem ações no sentido da implantação de regimes convenientes aos interesses de sua política global; c) *estratégia econômica*, por meio da qual busca consolidar um sistema econômico mundial que garanta a livre circulação de seus bens e serviços e que, ao mesmo, proteja setores atrasados de sua economia da concorrência internacional; d) *estratégia ideológica*, na qual promovem para o mundo a divulgação dos valores da sociedade norte-americana, ao mesmo tempo em que se apresentam como paladinos da liberdade, da democracia, dos direitos humanos, da igualdade social, econômica, religiosa e étnica, mesmo que isso não corresponda à realidade desta sociedade (Guimarães, *passim*, 1999).

Os Estados Unidos também tem procurado transformar a Organização das Nações Unidas e o Conselho de Segurança, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio em instrumentos de seus interesses estratégicos. No caso do Conselho de Segurança, quando este se contrapôs à invasão do Iraque, os EUA simplesmente abandonaram a retórica de País que fortalece as instituições da comunidade internacional para desqualificar essa instituição e agir sozinho de acordo com seus interesses.

Enquanto pretendem enquadrar o mundo, rompem com princípios do direito universal, negando-se a assinar o Protocolo de Kyoto e as normas do Tribunal Penal Internacional, porque estes tratados contrariam os interesses de suas empresas e de sua política internacional beligerante. Quando algum País não se submete à ordem imperial, entra no *index* da política norte-americana, cujo resultado é a satanização dos seus

dirigentes e geralmente a punição com boicote econômico ou mesmo militar, como ocorreu na Jugoslávia e no Iraque. Essa política também serve como mensagem aos outros países no sentido de não desobedecerem as ordens de Washington.

Por último, está a estratégia de criação da ALCA, cujo objetivo é a legalização do domínio completo dos Estados Unidos no continente, numa espécie de recolonização sofisticada, num sistema hierarquizado, onde os países de economias mais fortes constituiriam uma espécie de vice-reinados, com poderes relativos sobre suas áreas de influência, desde que, em última instância, estejam subordinados aos interesses estratégicos norte-americanos.

## **7 - Os clássicos e o imperialismo**

Pelo que podemos observar até aqui, estamos diante de um conjunto de fenômenos novos. Resta saber se estes configuram uma mudança de patamar na história do capitalismo ou se trata apenas de uma evolução natural das forças produtivas capitalistas. Entendemos que estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo, semelhante à que ocorreu no final do século passado com a fusão dos capitais bancário e industrial e a emergência dos monopólios. A globalização produtiva alterou o *locus* de extração do valor, a partir do qual a burguesia passou a capturar, de maneira generalizada, a mais-valia fora de suas fronteiras nacionais.

No período anterior, a burguesia dos países centrais se apropriava da mais-valia da periferia mediante a troca de mercadorias ou pela exportação de capital; agora passou a explorar diretamente os trabalhadores em todas as regiões do planeta, o que altera de maneira significativa a forma de acumulação do capital. Os velhos oligopólios tornaram-se transnacionais e transformaram-se em destacamentos avançados do grande capital, não só por estar presente fisicamente em todos os continentes, mas especialmente porque, em função do seu poder econômico, podem influenciar diretamente as políticas locais.

A exemplo também do período anterior, a reestruturação da produção atual marca uma dinâmica nova nas forças produtivas do capitalismo. Os velhos ramos de produção, típicos da segunda revolução industrial estão sendo relegados a um plano secundário e novos setores produtivos passam a hegemonizar a dinâmica do capital. Essa nova indústria está se consolidando velozmente e mudando radicalmente o perfil das forças produtivas

capitalistas e da classe operária. Do ponto de vista patrimonial, o processo de fusões de aquisições em curso nos países centrais não só se assemelha ao passado, como indica a constituição de uma burguesia cosmopolitizada, se não ainda em termos mundiais, pelo menos do ponto de vista regional, quebrando assim, em grande parte, o elo nacional da burguesia e dando um aspecto novo à luta de classe.

O comércio intracorporações, que atualmente responde por cerca de 40% do comércio mundial, subverte radicalmente as chamadas vantagens comparativas, pois abre a possibilidade de se construir relações comerciais entre as nações baseadas exclusivamente nos interesses das corporações transnacionais. Nestas novas relações matriz-filial o subfaturamento e o superfaturamento (os chamados preços de transferência, no jargão tecnocrático) implementados por estas empresas violam a lei do valor e tornam-se um instrumento poderosíssimo de transferência ilegal de recursos da periferia para o centro.

Na área financeira, as mudanças são ainda mais profundas. O novo bloco de classe que assumiu o poder no final da década de 70 impôs ao mundo a lógica da especulação como espaço privilegiado para a acumulação do capital e subordinou todas as outras atividades econômicas à dinâmica especulativa. O movimento especulativo no mercado financeiro mundial ganhou uma magnitude nunca antes observada: pelos últimos dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS), a massa de recursos movimentada na órbita financeira estava estimada, no final de 2003, em cerca de US\$ 170 trilhões (BIS, novembro de 2003), um volume muito maior do que aquele que gira na órbita produtiva.

Nem mesmo os mais delirantes especuladores sonhavam com uma situação igual a esta. A lógica é tão perversa que aprisiona os orçamentos dos Estados à dinâmica especulativa e força as próprias empresas produtivas a aplicarem grande parte de seus recursos no mercado financeiro e a realizarem reestruturações produtivas que precarizam o trabalho, de forma a obterem lucros mais compatíveis com o conjunto da atividade financeira.

No bojo desse frenesi especulativo, os negócios bancários de velha intermediação entre aplicadores e tomadores de empréstimos tornaram-se coisa do passado. Um conjunto de novas instituições não bancárias assumiu a liderança dos negócios e criou uma quantidade tal de novos instrumentos financeiros e derivativos, que hoje pode-se especular com mercadorias reais nas bolsas de futuro, com o câmbio de qualquer nação, com o mais

variado leque de títulos públicos e privados ou até mesmo com o salto das pulgas, se acaso alguém estiver interessado nesse tipo de aposta. Não há mais fronteiras para a especulação: ganha-se e perde-se bilhões de dólares do dia para a noite e os capitais mudam de países à velocidade da luz, como se o capital especulativo tivesse encontrado o calcanhar de Aquiles para seu auto-acrescentamento eterno.

A articulação da reestruturação produtiva, da globalização financeira e do neoliberalismo completa o ciclo de mudanças na lógica operativa do capital, pois o neoliberalismo é a expressão ideológica deste processo. Tornou-se hegemônico no mundo e vem refundando todos os estatutos da dominação, numa espécie de vingança tardia de classe contra o trabalho vivo e, no interior do mundo do trabalho, também uma vingança contra as organizações sindicais, bem como contra os direitos e garantias conquistados pelos trabalhadores.

Portanto, em nosso entendimento, esta nova fase marca um período qualitativamente novo na história do capitalismo, pois os fenômenos que procuramos identificar não se referem apenas à evolução natural desse sistema, mas constituem um processo semelhante ao que ocorreu na segunda revolução industrial. Desta forma, estamos num ambiente em que as teorias que expressavam os fenômenos relativos a esta segunda revolução industrial não mais respondem plenamente à conjuntura objetiva da globalização.

As novas variáveis qualitativas do capitalismo impõem a todos que buscam a construção de um mundo novo uma análise da realidade sem os dogmas que afetam a qualidade de interpretação da realidade e com a mente aberta para entender o novo. Isso significa que as teorias elaboradas pelos clássicos do imperialismo (Hobson, Bukharin, Lenin, Rosa de Luxemburgo, Kaustky, Hilferding, etc.) já não podem responder plenamente aos fenômenos da globalização. Da mesma forma que eles compreenderam a necessidade de analisar a nova forma que o capital se apresentava no início do século XX, à nossa geração apresenta-se a tarefa de tentar decifrar o enigma do capital neste início do século XXI, afinal os clássicos não tinham obrigação de prever o futuro.

Vladimir Lênin teve a coragem e a grandeza de verificar que a época imperialista diferia do capitalismo concorrencial descrito magistralmente por Marx. Portanto, merecia não só um novo diagnóstico, mas uma nova teoria para que se pudesse compreender a época dos monopólios. Tanto Marx quanto Lênin escreveram sobre o seu tempo; não

tinham obrigação nem estavam interessados em adivinhar o futuro. Mas o lastro no qual desenvolveram suas teorias e o método dialético, são fonte fértil para que os marxistas de nossa época dêem prosseguimento à sua obra teórica. O objetivo deste ensaio não é criar uma nova teoria do imperialismo, mas levantar um debate sobre estas novas questões e indicar alguns traços fundamentais de nossa época.

### **7.1 *O grande capital e a nova conjuntura***

Elegendo a obra de Lenin, *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, como síntese paradigmática da interpretação do imperialismo oriundo da segunda revolução industrial, procuraremos analisar os eixos fundamentais daquela obra para aferirmos qual a aderência que ainda possui à realidade atual. Lênin elencou cinco traços fundamentais que caracterizavam a nova fase do capitalismo: 1) a concentração da produção e do capital e o aparecimento dos monopólios, os quais passaram a desempenhar um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital industrial com o capital bancário e o aparecimento da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, ao contrário da exportação de mercadorias; 4) a formação das associações monopolistas que partilharam economicamente o mundo entre si; 5) a partilha territorial do mundo entre as potências mais importantes (Lenin, *passim*, 1975).

Lênin enfatizou ainda que o imperialismo não era uma nova formação sócio-econômica, mas a fase superior do capitalismo, em que se aguçariam todas as contradições do capital. Nesse sentido, afirmava que esta fase seria marcada pelo capitalismo parasitário, em decomposição e agonizante, a ante-sala do socialismo. Vejamos como se apresenta cada uma dessas características no mundo atual:

*A concentração da produção e do capital* continuam sua marcha histórica, como Marx já havia identificado anteriormente, baseado na própria lógica da acumulação. No entanto, o que distingue a época atual do período de Lênin é que as corporações transnacionais passaram a extrair diretamente, e de maneira generalizada, o valor fora de suas fronteiras nacionais, tornando-se exploradoras diretas tanto no centro quanto na periferia capitalista, ao contrário do que acontecia anteriormente quando se apropriavam da mais-valia mediante a exportação de mercadorias ou a exportação de capitais.



Em conseqüência da globalização, o grande capital está passando novamente por uma remonopolização global, através de um processo intenso de mega-fusões e incorporações em todos os estamentos do capital – industrial, bancário e de serviços. Isso está redefinindo uma *nova partilha econômica do mundo*, a partir da área de influência da *Triade Imperial*, e configurando um caráter novo à luta pela hegemonia entre os blocos do grande capital. Em outras palavras, diante dos novos fenômenos oriundos da globalização, impôs-se novamente a necessidade de uma remonopolização global, de forma a que o grande capital possa unificar novamente sua estratégia, não só para reorganizar-se diante da globalização, impor uma nova disciplina ao mundo do trabalho, mas principalmente para contrarrestar a tendência decrescente da taxa de lucro que caracterizava a conjuntura mundial após a Segunda Guerra. Ou seja, a qualidade desse processo não é movida simplesmente por uma fusão do capital bancário com o capital industrial, mas por uma configuração inteiramente nova, que envolve praticamente todas as fases do ciclo do capital.

*A exportação de capitais* hoje difere significativamente do período da segunda revolução industrial e mesmo no período de ouro do Welfare State. No período inicial do imperialismo, a exportação de capitais era destinada à construção de estradas de ferro, minas, portos e outros equipamentos de infra-estrutura, sem que houvesse grandes inversões na área fabril, até mesmo porque não era interessante para os países líderes a industrialização da periferia. Isso pode ser constatado pelo fato de que apenas alguns desses países conseguiram realizar sua industrialização, assim mesmo muito tardiamente. Somente com a internacionalização da produção é que os capitais migraram para a construção de plantas fabris nos países da periferia, mas aí já se tratava de um processo novo, onde a internacionalização da produção conduzia a burguesia a extrair o valor diretamente nestas regiões.

Outro fenômeno que chama a atenção na exportação de capital atual é o fato de que cerca de 80% do investimento direto externo não está direcionado aos países da periferia, mas aos países centrais, ressaltando-se ainda que vem decrescendo a participação dos países periféricos neste tipo de investimento (Chesnais, 1996; WIR, 2001). Se a exportação de capital está se desenvolvendo centralmente entre os próprios países imperialistas, a relação de subordinação e de trocas desiguais deve ter uma nova leitura, e não ficar restrita

à tradicional subordinação entre os países imperialistas do passado e suas colônias ou nações satélites. É bem verdade que a subordinação é a lógica da relação centro-periferia, mas o montante de recursos dessas operações direciona o centro do fenômeno para outras regiões e não para a periferia.

Todavia, o aspecto mais importante da exportação de capitais hoje não se verifica na esfera produtiva, mas essencialmente na órbita financeira. A partir do final dos anos 60, constata-se crescentemente a privatização da liquidez internacional, ao contrário do período anterior, quando a maioria dos empréstimos era oriunda de entidades financeiras multilaterais. Essa privatização foi fruto de um movimento do capital norte-americano no sentido de burlar as leis restritivas a saídas de capitais do País. Para tanto, os bancos começaram a criar títulos com valor em dólar americano, mas emitidos fora dos EUA, mecanismo que foi crescendo como uma bola de neve e formando um peculiar mercado de moedas, que posteriormente transformaria a Europa e, especialmente, Londres, no principal centro financiador das atividades mundiais (Moffit, 1984).

Mas é importante ressaltar que, com o mercado de eurodólares, processa-se uma mudança profunda na exportação de capitais, que viria consolidar-se e incrementar-se com a desregulamentação dos governos Reagan-Tatcher. A transformação qualitativa do IDE, em instrumento para a realização de fusões e aquisições tomou um sentido novo à exportação de capitais. “Para ampliar os lucros a oligarquia financeira mudou o seu centro de gravidade, reduzindo os investimentos diretos em função do capital de empréstimos, o que amplia o caráter parasitário do imperialismo” (Costa, 1989). Se o centro de gravidade da exportação de capitais já estava alterado com a formação da dívida externa dos países da periferia, a desregulamentação veio intensificar de maneira extraordinária esse processo.

Outro dado novo na exportação de capitais é o fato de que as instituições multilaterais, formadas na Conferência de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), romperam com seus estatutos originários e se transformaram pura e simplesmente em instrumentos da política do capital financeiro, respaldando o frenesi especulativo em curso no mundo e impondo políticas destrutivas nos países da periferia. Desde a crise da dívida externa, a partir de 1982 com a moratória mexicana, que o Banco Mundial e, principalmente, o Fundo Monetário Internacional transformaram-se numa espécie de

Comitê Político-Financeiro do bloco de forças sociais que passaram a hegemonizar a economia mundial e que têm na especulação financeira o *locus* de sua atividade econômica.

*A partilha econômica e territorial do mundo* também se desenvolve de maneira bastante diferenciada do período inicial do imperialismo. No que se refere à territorialidade, há uma tentativa desesperada dos Estados Unidos no sentido de se transformar numa potência hegemônica incontestável e, a partir desta posição, tirar o máximo proveito da nova ordem econômica internacional e realizar uma recolonização sofisticada dos países da periferia, onde o aspecto central seria o controle absoluto destas economias, se possível com a instituição da dolarização generalizada. Trata-se de uma recolonização que não inclui a ocupação geográfica no sentido clássico (a não ser em regiões rebeldes, ou ainda onde for determinante para os interesses americanos, como atualmente no Iraque ou futuramente na Amazônia), mas a busca do controle econômico-financeiro dessas regiões.

Ainda com relação à partilha territorial, está em curso, com uma série de problemas, a formação dos blocos econômicos nas principais regiões econômicas do mundo. Estes blocos refletem, de um lado, os problemas e contradições da luta interburguesa e do desenvolvimento desigual capitalismo, e de outro, uma surda luta de resistência contra a tentativa norte-americana de construir uma ordem unipolar, tendo a nação yanque como centro. Como se trata de um processo em construção, não se pode visualizar ainda o desfecho definitivo. Mas, de qualquer forma, a partilha territorial do mundo hoje tem aspectos radicalmente divergentes dos tempos dos primeiros monopólios.

Do ponto de vista econômico, a partilha definitiva também será resultado da luta surda pela hegemonia em curso nos países centrais. Mas o processo intenso de mega-fusões e incorporações indica uma remonopolização da burguesia e a tentativa de cosmopolitização, se não plena pelo menos regional. A configuração do controle dos mercados, tanto no que diz respeito ao investimento produtivo quanto financeiro, vai depender não só do sucesso da globalização produtiva, mas principalmente do resultado do processo de financeirização da riqueza imposto pelo bloco de forças no poder nos países centrais e da periferia.

Finalmente, a *tendência à decomposição e ao parasitismo*, identificado por Lenin como sendo uma das características da oligarquia financeira, mantém a sua essência, mas foi aprofundada de maneira extraordinária e revela aspectos novos e relevantes. A

oligarquia financeira ampliou o seu parasitismo e muitos Estados imperialistas transformaram-se em nações rentistas (Chesnais, 2000), o que lhes permite ampliar o poder regulador e orientador dessa nova fase do capital. A transferência de recursos dos países da periferia para os países centrais nas duas últimas décadas, por conta principalmente dos mecanismos financeiros impostos pelo novo bloco de classe no poder, pode ser considerada semelhante a toda a extorsão realizada no período colonial, o que por si só dá uma dimensão do rentismo institucionalizado de nossa época.

Como se sabe, a financeirização da riqueza ou o rentismo institucionalizado, é uma expressão degenerada da acumulação de capitais e demonstra um aprofundamento sem precedentes do parasitismo da nova burguesia. A “valorização” da riqueza pela via financeira cria uma contradição entre a velocidade de expansão da órbita financeira, o crescimento do setor produtivo e o poder aquisitivo das massas, tornando assim a defesa da riqueza por esta via uma aventura sem futuro, pois haverá inevitavelmente um momento de ruptura desse processo para compatibilizá-lo com a economia real, o que deverá ter conseqüências dramáticas tanto para especuladores quanto para a ordem econômica capitalista.

Paradoxalmente, a globalização está construindo as bases para a sociedade da abundância, em função do desenvolvimento tecnológico da terceira revolução industrial e do aumento da produtividade do trabalho. “Mas como o capitalismo não tem compromisso com o progresso social, não será capaz de satisfazer as necessidades da população do planeta. Mesmo assim, essas forças produtivas sofisticadas, pela primeira possuem condições de dar lastro para a sociedade da abundância de bens e serviços. Caso a humanidade obtenha uma transformação estrutural do capitalismo, já possui as bases materiais da sociedade comunista” (Costa, 1993).

## **BIBLIOGRAFIA**

**AMIN**, Samir. *¿Globalización o apartheid global?* Disponível em: <http://www.rci.net.globalizacion>, 2001.

**BIS** (Bank for International Settlements). *OTC derivatives market activity in the first half of 2003*. Disponível em <http://www.bis.org>.

**BRAGA**, José Carlos de Souza. *A financeirização da riqueza – a macro-estrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais*. Texto para discussão, Fundap, 1991.

**CARTA DA SOBEET** (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica). Vários números.

**CHESNAIS**, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. (org). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

\_\_\_\_\_. *Los Estados-rentistas dominantes em um sistema capitalista mundial tendencialmente em contracción*. Disponível em [http:// www.globalización.org](http://www.globalización.org).

**COSTA**, Edmilson. *A globalização neoliberal e as novas dimensões do capitalismo contemporâneo*. Tese de pós-doutorado concluída no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Dezembro de 2002.

\_\_\_\_\_. *Para onde vai o capitalismo*. Texto apresentado no Encontro das Revistas Marxistas. Montevideo, 2000.

\_\_\_\_\_. *Transformações e crise no capitalismo contemporâneo*. Revista Análise. PUC-RS. Vol. 4, No. 1, 1993.

\_\_\_\_\_. *Imperialismo*. São Paulo: Global, 1988.

**EICHENGREEM**, Barry. *A globalização do capital – uma história do sistema financeiro mundial*. São Paulo: Editora 34, 2000.

**GUIMARÃES**, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. RJ-RS: Contraponto-Editora da Universidade, 1999.

**GUTTMANN**, Robert. *As mutações do capital financeiro*. In *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

**HIRST**, Paul; **THOMPSON**, Grahame. *A globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

**I. M. F** (International Monetary Found). *Annual Report, 2000*.

**LENIN**, Wladimir. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Lisboa: Edições Avante, 1975.

**MICHALET**, Charles-Albert. *Capitalismo mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

**MOFFITT**, Michael. *O dinheiro do mundo – de Bretton Woods à beira da Insolvência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

**PETRAS**, James. *Neoliberalismo em América Latina: a izquierda devuelve el golpe*. Buenos Aires: Homo Sapiens Ediciones, 1997.

**PLIHON**, Dominique. *Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano*. In *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

**ROBERTS**, Richard. *Por dentro das finanças internacionais – guia prático dos mercados e instituições financeiras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

**SANCHEZ**, Inaiê. *Para entender a internacionalização da economia*. São Paulo: Senac, 1999.

**SERFATTI**, Claude. *O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia*. In *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

**UNCTAD** (United Nations Conference on Trade and Development). *World Investment Report*, 2001, 2002. Disponível em: <http://www.unctad.org>.

**Edmilson Costa** é doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp. Realizou pós-doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da mesma instituição. É autor de *O Imperialismo* (Global Editora); *A Política Salarial no Brasil* (Boitempo Editorial) e *Um Projeto Para o Brasil* (Tecno-Científica), além de ensaios publicados no Brasil e no exterior.

**Endereço:** Rua Dr. Alfredo Ellis, 183 ap. 124

CEP: 01322-050 – São Paulo – São Paulo - Brasil.

**Telefone:** (11) 3283 5431

**E-Mail:** [edcosta@dglnet.com.br](mailto:edcosta@dglnet.com.br)